

CURTIUS & BLOOM: UMA APROXIMAÇÃO
TEMPESTIVA

1. GOSTARIA DE COMEÇAR, MUITO CANONICAMENTE, POR UMA CITAÇÃO DE JORGE LUÍS BORGES. Tem ela por objecto o conceito de clássico, esse irmão inseparável do conceito de cânone, e reza como segue:

“Clássico não é um livro (...) que possui necessariamente estes ou aqueles méritos. Clássico é o livro que gerações de homens, instadas por diversas razões, lêem com antecipado fervor e com uma misteriosa lealdade” (Borges, s/d:223).

Em consonância com estas palavras, lembra-nos Borges, neste texto, que a obra que uma cultura tem como genial, uma outra – quando não a mesma, nas suas diversas latitudes internas – frequentemente aborrece. O mesmo Borges, recorde-se, proclamava a inutilidade laboriosa dos livros grandes; e contrapunha a superior virtude dos adelgaçados, já que a gordura dos primeiros (que, por definição, nos pré-existem) permitiria a formosura dos segundos. A vastidão inestética daqueles seria, digamos, a condição de possibilidade destes, libertando-os, e libertando-nos, para as tarefas borgeamente mais gratificantes da glosa.

Permito-me propor esta lição pragmatista como horizonte de análise de dois livros (“grandes”) que, de diverso modo, se configuram como clássicos contemporâneos da reflexão sobre os conceitos de clássico e de cânone: *Literatura Europeia e Idade Média Latina*, de Ernst Robert Curtius, e *O Cânone Ocidental*, de Harold Bloom. É minha convicção, devo confessá-lo desde já, que ambos os títulos – ou seja: *Literatura Europeia e Idade Média Latina* e *O Cânone Ocidental* – pertencem, em rigor, a Ernst Robert Curtius, sendo a apropriação do último título por Harold Bloom um caso decerto explicável pelo revisionismo inseparável das manifestações da ansiedade da influência¹. Por outras palavras: o verdadeiro autor de um clássico sobre *O Cânone Ocidental* é Curtius, pelo que talvez não fosse má ideia reformularmos o título da sua obra de modo a nele podermos integrar a contribuição (edipiana, digamos) de Bloom. O resultado final, distribuído por título e subtítulo, seria então *O Cânone Ocidental. Literatura Europeia e Idade Média Latina*.

Objectar-se-á, talvez com pertinência, que é no mínimo discutível que a uma obra cujo declarado *corpus* é a literatura medieval em latim se atribua o título, ambicioso e responsabilizador na sua vastidão, de *O Cânone Ocidental*. Mas recorde-se, a este propósito, que aquilo que falta à obra de Bloom para poder aspirar, com uma pertinência mínima, a constituir-se como cânone ocidental, é justamente a literatura da Antiguidade e da Idade Média europeia, ou seja, aquela literatura anterior ao advento do vernáculo. Se me permitem, pois, insisto na minha ideia, tanto mais que como qualquer leitor atento de Curtius se aperceberá ao ler o seu livro, a Idade Média Latina é apenas parte, ainda que maior, das suas reflexões sobre a Literatura Europeia. É, aliás, um tanto surpreendente que a obra de Curtius, lida (para voltar a

Borges) “com antecipado fervor e misteriosa lealdade” por gerações de filólogos ou do que resta deles, se tenha gravado no nosso inconsciente pedagógico e humanista como o elogio do método dos *topoi* – menorizando-se a sua admirável lição de europeísmo, a qual estamos hoje porventura mais aptos para começar a receber.

Lembremos, pois, que o capítulo primeiro do livro de Curtius versa sobre “A Literatura Europeia”. E que dela se diz a certa altura que “tem a mesma duração que a civilização europeia, ou seja, cerca de vinte e seis séculos (de Homero a Goethe)” (Curtius, 1986:45). É este, diga-se, o verdadeiro âmbito temporal da obra de Curtius, a qual nos propõe a literatura europeia como uma gesta de heróis. Citemo-la de novo, e ainda do capítulo inicial: “O herói fundador (*heros ktistes*) da literatura europeia é Homero. O seu último autor universal é Goethe” (id.:51). Curiosa coincidência, a que faz com que o cânone ocidental de Curtius se encerre com o autor a que Harold Bloom atribui a digna função de encerrar a Era Aristocrática do seu também ocidental cânone. E contudo, tão compreensível! Pois Bloom, como americano convicto de que os Estados Unidos são “os herdeiros finais da tradição ocidental” (Bloom, 1994:32), necessita dos séculos XIX e XX para que o cânone ocidental possa ainda ser americano – se bem que implicitamente concorde com Curtius no juízo que o faz deter-se no umbral do século XIX, já que ao que se segue atribui significativamente os nomes de Era Democrática e Era Caótica, ambas incapazes de apresentar um Dante, um Goethe e muito menos um Shakespeare. Quanto a Curtius, a marcação do termo *ad quem* da sua obra com Goethe deve ser lida como resposta à sua própria análise, segundo a qual, “de todas as literaturas nacionais, a literatura alemã é a que menos permite que dela se parta para observar a literatura europeia” (id.:45). É assim natural que a terapêutica contra as tendências autárquicas do espírito alemão leve o nome de Goethe, nome no qual se inscreve, neste contexto, o desígnio supranacional da *Weltliteratur*.

Para aqueles que se escandalizem, neste nosso tempo de conhecimento local e de proliferação de reivindicações identitárias, com esta assimilação da literatura europeia que vai de Homero a Goethe a uma *Literatura Mundial*, convém lembrar que em Goethe a *Weltliteratur* é o espírito do mundo novo que Marx & Engels, no *Manifesto*, nos dirão filho do comércio planetário². No passo das *Conversas com Eckermann* em que se refere, algo elipticamente, à *Weltliteratur*, Goethe não deixa dúvidas quanto ao carácter prospectivo da noção:

“*Literatura nacional* não significa hoje grande coisa, acerca-se a época da *literatura do mundo* e todos devemos contribuir para apressar o advento de tal época” (Goethe, 1988:206).

Parece relativamente evidente que no construto histórico-literário de Curtius, literatura europeia e literatura do mundo são noções assaz sobreponíveis: de Homero a Goethe, o mundo da literatura é a Europa, tanto mais que serão justamente os filhos pródigos de Goethe – os românticos – quem virá qualificar essa vasta produção textual como *literatura*. Curtius, dir-se-ia, necessita de produzir uma cesura em Goethe, já porque os românticos rompem com aquela disciplina que a seu ver unifica toda a tradição literária europeia – a retórica –, já porque eles inauguram, com o auxílio deci-

sivo da filologia moderna, a fundação da literatura em solo etnológico, pulverizando a grande tradição da literatura europeia numa série tendencialmente discreta de literaturas nacionais.

Não por acaso, uma das epígrafes do livro de Curtius pertence a Goethe. Vale a pena lê-la:

"Talvez a gente se convença em breve de que não existe uma arte nem uma ciência patrióticas. Ambas pertencem a todo o mundo". (Curtius, 1986:7)

Esta epígrafe surge, convirá recordá-lo, num livro publicado em 1948 e pensado, como Curtius confessa no prefácio da primeira edição, desde 1932. Um tanto como o sucedido com outra grande figura da filologia europeia – refiro-me a Auerbach –, escrevendo a sua obra monumental perante o espectáculo da ruína da Europa, também Curtius buscará no estudo e resgate da tradição uma sublimação desse pesadelo. Como ele próprio afirma nesse prefácio, "O presente livro nasceu do desejo de ajudar a compreender a tradição ocidental" (Curtius, id:17). No prefácio à segunda edição, de 1953, o autor reforçará este ponto, afirmando:

"Este livro não visa apenas fins científicos, ele testemunha também uma intenção de manter a civilização ocidental. Ele tenta tornar clara, por meio de métodos novos, a unidade dessa tradição no tempo e no espaço" (Id., ibid.:20).

Palavras, diga-se, bem reveladoras quanto ao *pathos* que a preservação da "tradição ocidental" suscita no discurso de Curtius: trata-se de "manter" ou "preservar" aquilo que não é senão ruína (por exemplo, a Biblioteca de Bona, inutilizada desde 1944 devido aos bombardeamentos, o que impede que Curtius confirme várias fontes e citações, fazendo-o, como aliás Auerbach em Istambul, quantas vezes de memória). Talvez por isso Curtius não nos fale tanto da preservação do "cânone ocidental", e sim da "tradição ocidental", pois, na sua psicologia de sobrevivente, antes do cânone há que preservar o *corpus* que ele selecciona.

No mesmo prefácio à segunda edição da obra, referindo "o caos intelectual da [sua] época", Curtius acentua a necessidade de demonstrar a unidade da tradição ocidental, afirmando que "isso não se pode fazer senão partindo de um ponto de vista universal; ora, é esse ponto de vista que nos oferece a latinidade" (Id.:19). Como se torna óbvio ao leitor de *Literatura Europeia e Idade Média Latina*, esta latinidade não é apenas uma fase histórica, e irremediavelmente passada, da literacia europeia; ela carrega em si um valor crítico daquilo a que, com Goethe, poderíamos chamar a doença ou degenerescência romântica, legitimadora dos particularismos culturais a cuja *hysteresis* vimos assistindo (e que para Curtius eram em grande parte responsáveis pelo desastre alemão e europeu). Nesse sentido, a obra de Curtius inscreve-se numa política cultural anti-romântica, propondo uma narrativa alternativa da história medieval da cultura europeia, e virando costas às narrativas de fundação produzidas a partir de Herder para toda e cada uma das nações europeias. Aonde os românticos colocavam, sincreticamente, a origem, o vernáculo, a Voz e o povo infante, Curtius responde com o longo curso da latinidade, a retórica e a gramática, enfim, a escola e a pedagogia da tradição

escrita³. Eis a razão pela qual o estudo e a defesa da unidade da literatura europeia é um projecto crítico que tem de começar por repudiar a filologia moderna, de ascendência romântica. Como o autor afirma logo no primeiro capítulo, "As filologias "modernas" estão fundamentadas nas "literaturas nacionais", noção que data apenas do despertar das nacionalidades sob a pressão do super-Estado napoleónico, que é essencialmente produto de uma época, e que a esse título limita a visão do conjunto" (Id.:46). Ora, o conhecimento da literatura europeia no seu conjunto "só é possível se se tiver adquirido direito de cidade em cada uma das suas épocas, de Homero a Goethe. (...) Esse direito de cidade só se pode adquirir após estadas de longos anos em cada uma das províncias da literatura europeia, e passando várias vezes de uma a outra" (id.:46). E, numa frase reveladora, conclui:

"É-se europeu quando nos tornamos um *civis romanus*" (id.:ibid.).

Parece pois admissível que para Curtius o projecto da *Weltliteratur* já se realizou nesse passado medieval em que a latinidade era um estado do mundo. É inútil, quanto a isto, pedirmos a Curtius aquilo que ele não nos pode dar, pois a sua *Weltliteratur* latina é assumidamente eurocêntrica, orgânica e não-pluralista. Num certo e decisivo sentido, Curtius não pode não atrair Goethe, pois ele sabe, ainda que o não diga, que uma *Weltliteratur* num mundo desprovido de um universal cultural como a latinidade é um projecto condenado à pulverização da tradição ocidental e, mais ainda, à dificuldade (que diríamos ontológica) de legitimação de um cânone ocidental. Por outras palavras, o Ocidente (sejamos claros: a Europa) só existe enquanto cânone até Goethe, entrando desde então, i.e., com o romantismo, na sua fase *pós-canónica*. No texto prefacial aos seus *Ensaaios Críticos acerca da Literatura Europeia*, Curtius afirma:

"O meu tema continua a ser o de sempre: a consciência europeia e a tradição ocidental." (Curtius, 1989:9).

Para concluir que, com a idade, "A continuidade tornou-se [-me] mais importante que a actualidade: Virgílio e Dante cobraram mais sentido que os modernos a partir da morte de Goethe" (id.:ibid.). Não se podia ser mais claro: algo se interrompe, após Goethe, da continuidade da tradição ocidental. O que se interrompe é talvez a Europa, que com a revolução romântica perde sentido enquanto *continuum* fundado no património comum da latinidade, já que, entre outras coisas, o romantismo verá essa mesma latinidade como mecanismo repressivo do crescimento livre de povos e nações. O combate pela Europa, vale dizer, por um cânone europeu, exige pois a Curtius um gesto regressivo, com tanto de histórico como de anti-histórico: o imperativo filológico de recuperação desse passado em que o mundo era só *um* (o mundo do latim, o mundo europeu), é também uma manifestação de fuga a esse tempo pós-goethiano em que a estrutura eleática do mundo antigo foi substituída pela pluralidade conflituante da História. É caso para dizer que também em Curtius o cânone – europeu ou ocidental: os termos são nele equivalentes – é um abrigo contra as tempestades da modernidade.

É aliás significativo que Curtius nos apresente a literatura europeia como “uma ‘unidade espiritual’” (Curtius, 1986:48) que se caracteriza pelo facto de que “Para ela, todo o passado é presente, ou pode vir a sê-lo. Graças a uma nova tradução, Homero pode adquirir uma nova presença. (...) Num livro, a poesia é presença real” (Id.:48-49). Curtius conhecia decerto as teses de Eliot (autor que admirava e estudou) sobre a tradição como “ordem simultânea”, teses de que nos dá aqui uma versão a um tempo física e saturadamente metafísica: os textos literários são, se não sempre presentes, ao menos presentificáveis de um modo que é estranho, por exemplo, às obras de arte, com as quais, por impossibilidade física, forçosamente nos relacionamos por intermédio de reproduções: o livro, pelo contrário, permite-nos o contacto directo, íntimo, “perfeito”, dirá Curtius.

Obviamente, este imaginário literário é engendrado a partir do modelo da biblioteca, modelo também ele de proveniência medieval, sugerindo a literatura como disponibilidade e posse, ao alcance da mão, digamos. Contudo, é neste momento que a posição de Curtius como canonizador da literatura europeia se revela intrinsecamente aporética. A apresentação da literatura europeia como uma “unidade espiritual” em que todo o passado é ou pode vir a ser presente, não faz mais do que reproduzir no plano teórico aquilo que o autor recenseia no plano histórico. Curtius dirá, por exemplo, que “A noção de ‘clássico’ é (...) estranha [à Idade Média]. Todos os autores são igualmente autoridade” (Id.:102). Ou ainda, que “Todos os autores se valem, eles são ‘intemporais’. É esse um dos traços característicos de toda a Idade Média” (Id.:106). Se, na concepção medieval, os *auctores* são todos igualmente bons, existindo todos fora do tempo e da história, isto significa que em rigor o conceito de cânone não é operativo para o período medieval. E de facto, o famoso capítulo do livro de Curtius sobre o “Classicismo” termina com a “Formação do cânone moderno” nas várias literaturas europeias, as quais só produzem os seus cânones porque se emancipam da Idade de Ouro da latinidade. A literatura medieval latina é pois um todo orgânico e inconsútil, aquém do autor e do juízo estético. Assim sendo, Curtius acaba por encontrar-se na estranha posição de quem reivindica a canonização, com valor de *exemplum* para a cultura europeia, de um período por definição acanónico, por isso que não dispõe de Autores (ou dispõe deles em excesso), acabando por canonizar um certo número de outros autores – Homero, Virgílio, Dante – que, por virem antes ou depois desse período, permitem defini-lo gramatical e cronologicamente. Ou seja, uma obra que nos propõe a literatura como uma gramática desprovida de agente, acaba por não resistir ao traço mais recorrente da história literária romântica, a saber, a produção de heróis. A Europa, que no seu período medieval seria uma cultura tão perfeita e redonda que dispensaria personagens – o mesmo é dizer: dispensaria o cânone – não pode contudo dispensar-se de se apresentar como Cânone Ocidental, de Homero a Goethe, tanto mais que o cânone é o instrumento da sua pacificação interna. O problema para a lógica interna da obra de Curtius, é que esse cânone só pode existir sobre a inexistência canónica da Idade Média Latina.

Citemos, para concluir (retoricamente) este ponto, o texto autobiográfico que é o Prólogo à primeira edição do volume *Ensaio Crítico acerca da Literatura Europeia*, no qual Curtius fala da sua “viagem a Itália”,

tropo recorrente e fatal em todos os intelectuais alemães posteriores a Goethe:

“Roma era a mãe do Ocidente. *Teutones in pace*, rezava uma inscrição no Campo Santo de São Pedro: palavras que soube aplicar-me traduzindo-as à minha maneira” (Curtius, 1989:9).

2. Se Curtius nos sugeria, em 1950, que a paz europeia exige a pacificação dos teutões por Roma – cidade onde aliás viria a falecer –, quase meio século depois Harold Bloom, representante esclarecido da nova Roma do Ocidente, proporá o cânone como terapêutica contra a desagregação do Império. Curtius detivera-se em Goethe, precisamente por sentir que, perdida a língua franca da latinidade, a Europa se tornara um mosaico conflituante de culturas-nações. Bloom, atribuindo contudo a centralidade no cânone aos autores do período que se encerra em Goethe, confere igual ou maior importância quantitativa aos dois séculos posteriores. Se o faz é porque assim se torna mais evidente a dependência do Ocidente em relação à nova latinidade, imposta primeiro pelos caminhos-de-ferro e pelos couraçados da rainha Vitória e em seguida por Hollywood e pela Microsoft.

Muito opostamente a Curtius, o cânone proposto por Bloom é um produto tardio da filosofia romântica da cultura. Vive de autores que só o são por serem génios, i.e., autores fortes que têm o dom de treslar ou desler a tradição. Esta não é pois, como em Curtius, o rio sereno e sem margens que, qual o Danúbio, atravessa a Europa de norte a sul: É antes o Grand Canyon, fractura e drama geológico de um mundo entrevisto e conquistado sempre pela primeira vez, no deslumbramento algo pânico do sublime americano.

É talvez por crer na força da nova latinidade que o cânone ocidental de Bloom, ainda que de matriz romântica, se interessa tão pouco pelo génio dos lugares. Aquilo que Curtius evitara detendo-se em Goethe – as consequências desagregadoras da antropologia cultural sobre o cânone – é justamente, para Bloom, aquilo para que o cânone é a terapêutica. Ou talvez melhor: a amnésia. De facto, não deixa de ser surpreendente que sendo o seu cânone quantitativamente dominado por autores posteriores a Goethe, nenhum deles nos fale, segundo Bloom, da sua cultura local. Decerto porque estão demasiado (pre)ocupados em falar-nos do Ocidente, que é como quem diz, dos seus conceitos estruturadores: o sujeito, a arte e a metafísica, que Bloom decompõe nas alíneas da solidão e da morte.

Terá o projecto de Bloom ainda algo a ver com o ideal goethiano da *Weltliteratur*? Em Curtius, como vimos, tudo se passa como se a literatura medieval latina fosse a actualização perfeita, e tanto mais porque passada, desse ideal, já porque o latim era a língua do mundo, já porque a literacia desse mundo se resumia a gramática e retórica. Um mundo assim perfeito dispensa, como também vimos, o cânone, pois não necessita da produção supletiva de real levada a cabo por essa máquina ontológica. Se o carácter etnocêntrico desta apropriação da *Weltliteratur* é flagrante em Curtius, não parece que ele sofra alguma diminuição em Bloom. Bem pelo contrário, Bloom não só propõe um cânone ocidental como propõe, mais vastamente, o Ocidente como cânone daquilo a que – recorde-se – o mesmo Ocidente

veio a chamar literatura. O seu cânone ocidental não anda pois muito longe de ser a versão ocidental da *Weltliteratur* (conceito também ocidental, diga-se) na era da globalização. Esta, ao contrário da Idade Média latina de Curtius, e apesar do inglês, não dispensa já a máquina do cânone, pois vive e alimenta-se de um conflito entre as solidariedades étnicas e os dispositivos predatórios multinacionais; ou entre a multiplicação das literacias, vale dizer, das modalidades de relação com a linguagem, e essa linguagem vinculatória, em processo acelerado de esvaziamento, a que damos o nome de literatura e sem a qual temos dificuldade em imaginar, desde o século XVIII, o contrato social.

E contudo, é duvidoso que Bloom esteja interessado em oferecer-nos uma possibilidade de refazer o contrato social na literatura e por intermédio dela. Como ele próprio não se cansa de afirmar,

“O que quer que o Cânone Ocidental seja, ele não é um programa para a salvação social” (Bloom, 1994:29).

Ou ainda: “A forma mais idiota de defender o Cânone Ocidental consiste em insistir em que ele encarna as sete virtudes morais que configuram o espectro dos nossos valores normativos e princípios democráticos” (id.:29). No seu idioma teológico, Bloom dir-nos-á então que “Tudo o que o Cânone Ocidental pode trazer-nos é o uso adequado da nossa própria solidão, aquela solidão cuja forma final é a nossa confrontação com a nossa mortalidade” (id.:30).

Posição problemática, tanto mais que a solidão do sujeito-leitor surge na obra como o alotropo metafísico daquilo que é uma versão, inspirada em Oscar Wilde e nas correntes da arte pela arte, da autonomia do estético que o conduz – fatalmente, dir-se-ia – a desposar uma concepção não tanto elitista como solipsista da experiência estética. Por mim, diria que, ao contrário do que os Blooms deste mundo gostam de sugerir, o elitismo *não é* uma condição da vida do espírito: ela sustenta-se antes da exigência (auto)crítica de um pensamento que se sabe historicamente condicionado e *permitido* (ou não): essa a sua ontologia, essa a sua ética, esse o seu vacilante privilégio. A defesa bloomiana do elitismo constitutivo da experiência estética deve contudo ser lida à luz daquilo que é o *inconsciente de cerco* que a todo o instante se manifesta em *O Cânone Ocidental*. A literatura está hoje cercada e devassada por formas multivárias de literacia, sendo a sua função vinculatória a um tempo a sua força e a sua fraqueza, já que ela só pode produzir esse vínculo por ser a mais acessível e pública das artes, desde logo devido à sua linguística (como sabemos, não existe uma querela do cânone na filosofia ou na história; e nas artes plásticas ou no cinema, a sua intensidade é consideravelmente menor). Ora, é esta devassa e é este cerco que conduzem Bloom ao refúgio no espaço materno do cânone, o qual se vai confundindo na sua obra com esse refúgio da literatura e das Humanidades que hoje vai sendo a Universidade. De certo modo, Bloom sugere-nos que o cânone ocidental é hoje um construto produzido e mantido pelos últimos *clerics*, no remanso dos gabinetes daquelas que são as instituições mais duradouras (mais canônicas) da tradição ocidental: as universidades, versão melancólica daquilo a que em tempos se chamou a República das Letras.

É esta, pois, uma situação muito distante da recenseada por Curtius na Idade Média latina. Se esse período, justamente por ser literariamente auto-centrado, não tinha lugar nem necessidade para o cânone, na era da globalização a literatura parece ter cada vez mais uma existência limitada ao cânone – sendo este legível como uma normatividade despojada de conteúdo empírico. Talvez por isso ele seja hoje um objecto tão conspícuo na Teoria Literária, ao contrário do sucedido até há duas ou três décadas.

3. Muito é, pois, o que separa as obras de Curtius e Bloom, e nesse muito – por exemplo, na distância que vai da atribuição implícita à literatura da função última de assegurar a paz entre as nações europeias, em Curtius, ao solipsismo estético e metafísico em Bloom – nos apercebemos do que mudou nos 50 anos que medeiam entre as duas obras. Contudo, talvez as possamos aproximar na desmesura do seu gesto criador, já que ambas são, a mais de um título, obras terminais das tradições em que se inserem. Em Bloom, essa tradição é a da especulação estética de inspiração romântica e pós-romântica anglo-saxónica. Em Curtius, trata-se da grande tradição da filologia, que ele próprio caracterizou como mais ninguém no prefácio à segunda edição da obra. São, em boa verdade, obras hoje impossíveis, já que a especialização exigida pelos estudos literários de hoje não se compadece com um teatro de operações tão vasto. Mas são obras, especialmente a de Curtius, que demonstram a pertinência de uma ressalva metodológica que é possível encontrar em vários passos da sua obra:

“As ciências históricas progredirão de cada vez que especialização e universalismo se combinarem e completarem; uma exige e é o complemento da outra. A especialização sem universalismo é cega, o universalismo sem especialização não é senão uma bola de sabão”. (Curtius, id.:21).

Por fim, e tentando dar uma tradução pedagógica a estas palavras, creio que os estudos literários têm ainda hoje uma lição a extrair da obra de Curtius: uma lição que eu diria europeísta, assumidamente goethiana e moderadamente etnocêntrica. Ela traduz-se numa pergunta: no ensino da literatura, e no mundo globalizado em que vivemos, nós que à partida integramos uma vasta comunidade europeia, fará sentido continuarmos a tomar uma literatura nacional como unidade de estudo natural e inevitável? Não fornecerá a perspectiva comparatista a mais-valia crítica do relativismo cultural? Num país como Portugal, a um tempo periferia europeia e centro político e cultural de colónias hoje independentes, não teremos a ganhar com a adopção de um paradigma francamente comparatista, que integre o melhor daquilo que são hoje, por exemplo, os estudos pós-coloniais?

Creio que mais cedo ou mais tarde, um pouco por toda a Europa, a criação de uma unidade de estudo não confinada à literatura nacional se tornará inevitável. Essa será, porventura, a melhor homenagem àquele que é um dos decisivos criadores da ideia de um cânone europeu e ocidental: Ernst Robert Curtius.

Oswaldo Manuel Silvestre



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BLOOM, Harold
(1994) *The Western Canon. The Books and Schools of the Ages*, New York San Diego
London, Harcourt Brace & Company.
- BORGES, Jorge Luís
(1983) *Novas Inquisições*, Lisboa, Editorial Quercus.
- CURTIUS, Ernst Robert
(1986) *La littérature européenne et le moyen-âge latin*, Paris, PUF, vol. I.
(1989) *Ensayos críticos sobre la literatura europea*, Madrid, Visor.
- GOETHE E ECKERMANN
(1994) *Conversations de Goethe avec Eckermann*, Paris, Gallimard.
- GUILLÉN, Claudio
(1985) *Entre lo uno y lo diverso. Introducción a la literatura comparada*, Barcelona,
Editorial Crítica.
- JACQUEMARD-DE GEMEAUX, Christine
(1998) *Ernst Robert Curtius (1886-1956). Origines et cheminement d'un esprit euro-
péen*, Bern, Berlin, Frankfurt, New York, Paris, Wien, Peter Lang SA.

NOTAS

¹ Eis o que explica talvez que Bloom tenha escrito, ao contrário do recomendado por Borges, o livro gordo que o grande livro grande de Curtius dispensaria. O Édipo manifesta-se aqui claramente na tentativa de ser materialmente maior do que o Pai (conceda-se que não chamemos Mãe a Curtius). Bem vistas as coisas, o livro de Bloom está todo na Introdução e na Conclusão, já que os capítulos em que o cânone ocidental é exposto e dissecado nada adiantam em relação a essas páginas proemiais e finais. Estas páginas, por seu turno, nada adiantam à obra de Bloom, já que são nela a enésima tematização da ansiedade da influência. Esta, como se sabe, é questão de cânones, ou seja, de *auctores* em lata.

² Sobre o conceito de *Weltliteratur*, ler-se-ão com proveito as páginas que Claudio Guillén dedica ao tema em *Entre lo uno y lo diverso* (Guillén, 1985:54-64).

³ Neste ponto, divirjo de Christine Jacquemard-de Gemeaux, que na sua obra, a vários títulos monumental, sobre Curtius, integra o autor na grande tradição romântica (Jacquemard-de Gemeaux, 1998). A questão é demasiado complexa para poder ser abordada aqui. Mas creio que bastaria ter em mente as insistentes reservas manifestadas por um Paul Zumthor ao papel e estatuto atribuído por Curtius à retórica no período medieval, para a pretensa caracterização romântica de Curtius começar a revelar as suas fragilidades. De facto, para Zumthor, o que está em causa na centralidade atribuída à retórica no período medieval é, ainda e sempre, o logocentrismo ocidental que à letra confia o espírito e a sua permanência. A retórica serviria assim a Curtius para ignorar a oralidade constitutiva da medievalidade, fazendo-o à boleia da literatura – a qual, para Zumthor, não existiria medievalmente. A literatura, por seu turno, existe em Curtius para negar e denegar a sua “constituição” romântica: é aquilo que nasceu na Antiguidade e, de preferência, em latim; e é um universal não compadecido das virtualidades etnológicas do nacional, de que seria, ainda que em contexto comparatista, uma superação hegeliana. De facto, é muito difícil ver na Idade Média de Curtius, constitutivamente definida pelo latim e pela retórica, algum traço da sua visão romântica. Lembre-se que a literatura é aquela criatura “romântica” que nasce nas trevas da Meia Idade *porque* se despede do latim. E que, ao fazê-lo, deixa de ser a literatura *européia* que dá o título e o projecto à obra de Curtius. O romantismo, em Curtius, é quase sempre aporético, pois, como veremos, a sua história literária não dispensa – muitas vezes contra a sua própria lógica – os conceitos operativos da história literária legada pelo romantismo, a começar pelo Autor-como-Herói. Este elemento não é contudo suficiente para fazer de Curtius um romântico, já que se tornou um elemento actancial de toda a gramática da narrativa da história literária, romântica ou não. Em rigor, a centralidade do Sujeito-Autor é um universal humanista, vale dizer, moderno.

⁴ Ou, em se tratando de conservadores liberais, do pluralismo cultural?